

Título: A inclusão escolar da criança autista na perspectiva dos direitos da criança

Autor(es) FERNANDA MEIRELES MARÇAL; ROSARIA MARIA DE CASTILHOS SARAIVA

E-mail para contato: professora.ro@hotmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Inclusão, Autismo, Legislação Brasileira, Formação Continuada

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a inclusão escolar da criança autista na perspectiva dos direitos da criança, visto que no Brasil, falar sobre os avanços e limites das políticas educacionais para alunos com deficiências, implica a consideração de dois aspectos da história brasileira: a desigualdade e a diversidade. A formação econômica do Brasil, as características de sua organização social e o impacto que os fatos geraram, conforme mostra história, continuam gerando graves consequências na vida de crianças e jovens brasileiros portadores de necessidades especiais. A legislação brasileira vigente estabelece a não exclusão do aluno do sistema educacional sob a alegação de deficiência, privilegia a matrícula desses alunos em escolas comuns regulares e, para apoio educacional, investe na implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas públicas de todo o país, de modo que, entre 2005 e 2011, foram disponibilizadas 37.801 salas de recursos multifuncionais em 5.019 municípios. Entretanto, surgem questões como: este investimento deu conta de melhor atender a estas crianças? Estão estes meninos e meninas, devidamente incluídos nas escolas e desenvolvendo-se de forma saudável? Para alcançar a compreensão do problema foi realizada uma pesquisa de campo com análises qualitativas para avaliar a importância da inclusão escolar da criança autista sob o aspecto dos direitos da criança. Foram entrevistadas quatro professoras do ensino fundamental de quatro escolas do Estado do Rio de Janeiro, que responderam a cinco perguntas abertas a respeito de inclusão, do autismo, da legislação brasileira sobre direitos dos portadores de autismo, e as atividades que auxiliam na inclusão destes alunos em classes regulares. As respostas aos questionamentos foram analisadas com o fim de proporcionar melhor entendimento do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual, comparando as respostas com a legislação no que concerne a inclusão. Os resultados mais importantes demonstram que as professoras entrevistadas conhecem o significado do tema inclusão, entretanto demonstram desconhecimento no que diz respeito aos direitos que os protege. As professoras foram enfáticas ao afirmar que na prática a inclusão escolar não ocorre de acordo com o que é exigido pela legislação brasileira. Sobre o questionamento ao qual se relaciona às prováveis atividades que fariam para incluir um aluno autista em uma classe regular, de maneira geral, as professoras entrevistadas relatam que teriam dificuldade em desenvolver atividades com este fim, informam que necessitariam de orientação e que não têm experiência sobre assunto. Tendo em vista o resultado deste estudo ainda introdutório, no que tange a melhoria da qualidade do atendimento inclusivo, pode-se perceber a necessidade da Educação Continuada para professores e demais sujeitos ativos no processo da formação educacional. Em resumo, a pesquisa mostra que a escola não está preparada de forma adequada e na conformidade exigida pela legislação brasileira para receber estas crianças e torná-las cidadãos autônomos e felizes.